



A situação precária do HUGV, os problemas da Faculdade de Medicina e o impasse no projeto Porto das Lajes são abordados pelo professor Menabarreto França. Página 9.



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Repúdio

Ufam contra MP 520/2010

O Conselho Universitário da Ufam (Consuni) manifestou monção de repúdio à Medida Provisória 520/2010, que prevê criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). **Página 4.**

Interior

Divulgação



Paralisação na unidade de Parintins

Alunos e professores do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia do Campus de Parintins, paralisam as atividades até dia 14 de abril. Eles reclamam da falta de segurança, infraestrutura precária, laboratórios defasados, quadro de docentes insuficiente. **Página 10.**

Internacional

Líbia: é preciso refletir sobre os acontecimentos

O artigo de Max Altman mostra que é preciso cautela para analisar os acontecimentos no país de Gaddafi. Ele alerta para uma verdadeira campanha de distorções na mídia sobre o conflito. **Página 12.**

Luta e resistência



O Congresso do Andes-SN reforça luta dos professores pela universidade pública, gratuita e com qualidade de ensino na sua 30ª edição. Entre os destaques deste ano estão o Plano de Carreiras, a Agenda de lutas, com início este mês, e a escolha de Manaus como sede do próximo congresso. Na delegação do Amazonas, a maioria dos participantes era estreado. **Páginas 6 e 7.**

Editorial

Qual a maior contribuição do Congresso do Andes-SN de Uberlândia, em 2011? Podíamos apontar várias, mas o que de fato pode marcar esse congresso foi a aprovação do Plano de Carreira de Professor Federal, construído e discutido ao longo de quatro anos (leia mais na pág. 8). Além, é claro, de assinalar os 30 anos de existência do Sindicato, num momento em que a pressão do governo federal e de seus "sindicalistas" (CUT e Proifes) é muito forte para não vê-lo reconhecido como a entidade sindical dos professores do ensino superior no país. Porém, o próprio Congresso reconheceu a importância do Andes-SN e demonstrou sua capacidade de aglutinar interesses reais daqueles que efetivamente exercem o papel político de professor: mais de trinta por cento dos participantes eram docentes recém-ingressados na carreira e participavam pela primeira vez de uma reunião nacional. De nossa parte, aqui da Adua, temos outro motivo para comemorar: nossa delegação conseguiu trazer para Manaus o próximo Congresso do Andes-SN, depois de quase duas décadas de outro momento histórico da categoria – foi aqui, em 1993, que aprovamos o primeiro projeto de carreira docente do sindicato (pág. 6 e 7).

Nesta edição, apresentamos nossas principais preocupações com relação ao que discutir e defender no processo Estatuinte ora em andamento na Ufam. Conclamamos todos os docentes para participarem dos debates que ocorrerão nas unidades acadêmicas, locais que indicarão ao Congresso Universitário as mudanças necessárias ao Estatuto da Ufam. A Adua afinará suas propostas a partir de um seminário no início de abril, momento em que definirá as propostas que serão encaminhadas a todas as unidades (pág. 3). Também contamos aqui a reação de revolta à emissão de medidas provisórias que o governo federal lançou desde dezembro e que alteram substancialmente a vida dos HUs e a contratação de professores. Essas reações surgiram em várias entidades nacionais, como no 30º Congresso do Andes-SN, e, aqui na Ufam, no próprio Consuni que aprovou uma Moção de Repúdio aos termos da MP 520 (pág. 4). É importante conhecê-la a fundo para despertar nossa indignação com o bem público e alimentar nossa reação!

Dentre outras matérias, esta edição apresenta uma entrevista com o professor aposentado Menabarreto França, nome conhecido em nossa universidade por sua capacidade de questionamento, agora mesmo envolvido no movimento SOS Encontro das Águas e preocupado com a formação do futuro médico pela Ufam. Pode-se dizer que suas posições são sempre incisivas e agressivas, mas também de uma coerência e identificação políticas. Leia e analise seus pontos de vista (pág. 9).

E o que dizer do conflito na Líbia? É uma guerra midiática, com os grandes meios de comunicação, a serviço das potências ocidentais, disseminando informações confusas. O artigo da página internacional pretende oferecer luzes ao real impasse em que vive a Líbia, um processo diferente do que ocorreu no Líbano e no Egito.

Confira e desfrute de nossas informações!

Notas

Pesos diferentes

É impressionante a desfaçatez do governo federal com o trabalhador brasileiro. Em meio à votação do salário mínimo (que acabou ficando em R\$ 545,00) e congelamento por 10 anos dos salários dos servidores públicos federais (incluindo aí nossa categoria), a Caixa Econômica anuncia a compra de mais ações do banco quebrado PanAmericano no valor de 10 bilhões de reais. Conforme noticiou a Folha de São Paulo em 03 de fevereiro, a injeção do dinheiro público no banco se deve a uma intenção da Caixa de fazer operações em que ela é proibida por ser um banco público, como o leasing. Ou seja, enquanto as universidades terão um corte de mais de 1 bi de reais, o PanAmericano receberá 10 bi para que o banco fique competitivo. Esse valor "torrado" corresponde à metade de todo o orçamento das universidades federais. Não dá mesmo para acreditar no argumento de que tanto o salário mínimo como os salários dos SPFs provocariam uma "quebra", um "rombo", no governo.

Brasil fora do Top 100 de melhores universidades

Nenhuma instituição da América Latina figurou no Top 100 de melhores universidades da Times Higher Education. Aliás, apenas a Universidade de São Paulo apareceu entre as 500 melhores, ficando em 232º lugar. A Universidade de Harvard (EUA) encabeça a lista, seguida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), Universidade de Cambridge (Reino Unido),

Universidade da Califórnia (EUA) e Universidade de Stanford (EUA). A lista também contou com instituições de países emergentes como Coreia do Sul, China e Índia. Isso comprova que, apesar de o Brasil fazer parte do BRIC (países que se destacam pelo rápido crescimento de suas economias em desenvolvimento), em matéria de universidade, ainda tem muito a aprender.

Assembleia 1

Um total de 42 professores participaram da Assembleia Geral realizada no dia 18 de março na sede da Adua. Compareceram membros da diretoria da Adua, do CRAD, o diretor do ICHL, Nelson Noronha, entre outros participantes. Na pauta, informes sobre as reuniões nacionais dos Grupos de Trabalhos (GTs) e Setores; calendário de mobilização em todo país; balanço do 30º Congresso do Andes-SN, realizado em fevereiro e principais temas discutidos e aprovados, entre eles o Plano de Carreira; as propostas da Adua para o novo estatuto da Ufam e os encaminhamentos para o Processo 3,17%.

Assembleia 2

Sobre o Processo 3,17%, ficou decidido dar um mês de prazo, a contar da data da assembleia, para que os professores apresentem os documentos pendentes na sede da Adua. Após este prazo e com todos os documentos em dia, será marcada uma audiência com o juiz responsável pelo processo para solicitar agilidade no caso. Vale ressaltar que os professores com documentos pendentes já foram informados e que os documentos não

precisam ser entregues autenticados. A Adua deverá ainda divulgar os nomes daqueles que não entregaram os documentos.

Movimento dos Atingidos por Barragens se posiciona sobre Jirau

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem alertando a sociedade desde junho de 2010 sobre as condições desumanas na usina hidrelétrica de Jirau e a presença de indivíduos contratados para sabotar a mobilização operária e criminalizar seus sindicatos. As denúncias por lá vão desde salários baixíssimos, passando por longas jornadas, epidemias e transporte inadequado. A usina é de um consórcio formado pela Suez, Camargo Corrêa e Eletrosul, todas já denunciadas por violação de direitos humanos. Completando 20 anos de luta, o MAB vem a público exigir o fim da violação dos direitos em barragens e continua atuando no sentido de evitar crimes como os que ocorrem em Jirau.

Pontos de vista

Com o objetivo de constatar como anda a situação do Projeto CEL depois que vieram à tona as diversas irregularidades do centro de ensino de línguas no parecer do Condep do ICHL, procuramos o coordenador do projeto, professor Sérgio Freire, para entrevista. Sérgio argumentou que tem colaborado com o Jornal da Adua, mas que suas respostas "têm sido recortadas de forma a sustentar a posição da entidade quanto aos projetos autossustentáveis". Dessa forma, o jornal concordou com a proposta do professor de publicar um artigo escrito por ele colocando seu ponto de vista sobre a questão, compromisso assumido pelo Jornal da Adua para a próxima edição.

Nos bastidores da visita

Nem tudo foi como a TV mostrou na visita que Barack Obama fez ao Brasil em 19 de março. Elas muito comentaram sobre o "talento" do presidente norte-americano ao fazer embaixadinhas e as belas roupas de sua primeira-dama, mas passou batido o fato de que 13 estudantes cariocas foram presos por se manifestarem contra a visita do político. Os jovens, presos arbitrariamente, tiveram as cabeças raspadas e foram levados para Bangu 8 e Ary Franco. A libertação dos estudantes só ocorreu depois de muito protesto, mas vão responder a processo e podem ser condenados. Num país comandado por uma ex-presa política, é uma triste ironia o pouco caso que se fez de tal violação aos direitos humanos.

Charge



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharcisio Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 000459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 000398) e (Susy

Freitas (estagiária)
Projeto Gráfico: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Aloysio Nogueira, Luiz Fábio Paiva, Lídia Ferreira, Susy Freitas e Lucas Milhomens
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Estatuante

Adua aposta em Estatuto mais democrático para a Universidade

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a gestão partilhada no controle das decisões devem ser reforçadas na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com novas medidas de autonomia e democracia, nos próximos anos. Pelo menos se depender da Adua esses princípios constituirão a nova base do Estatuto da Universidade, previsto para entrar em vigor até o fim deste ano, em substituição ao modelo vigente, homologado em 28 de agosto de 2000 e modificado em 2007 pelo próprio Consuni. O novo Processo Estatuinte já começa a ganhar corpo na instituição de ensino superior, com a contribuição da Associação em relação a vários aspectos da universidade, condensados em um documento.

“Temos que ampliar e aprofundar os mecanismos de controle coletivo em assuntos que são essenciais para a vida da universidade, principalmente os de interesse da sociedade e não de grupos ou corporações empresariais”, disse o docente e presidente da Adua, Antônio Neto. Para ele, essa será uma tarefa difícil, uma vez que os dispositivos legais usados pelo governo impedem uma atuação mais autônoma da comunidade acadêmica. “A recente publicação das Medidas Provisórias 520, que trata da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e 525, a respeito da contratação imediata de professores temporários sem concurso público, por exemplo, é sinal de precarização do ensino público”, completou.

Para o professor Tomzé Costa, as ações do governo têm se constituído em “políticas públicas” que retiram o caráter público da educação e sua obrigação constitucional de mantê-lo. Por isso, uma modificação estrutural de uma instituição como a Ufam não será possível sem se analisar as premissas fundamentais que envolvem o papel do Estado contemporâneo. “São princípios fundamentais: todos devem ter direito à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis. Mas, o que se tem visto é o braço estendido do Estado acatando e convocando o mercado a efetuar esse direito”, disse.

Além da autonomia, que já é garantida pelo artigo 207 da Constituição Brasileira, “mas ainda longe de ser praticada”, na opinião do docente, a estrutura administrativa da Ufam é outro tema de destaque no estudo sobre a Estatuinte. “Há uma relação de proximidade entre finalidade, princípios e a constituição básica da Universidade, revelando que não se

pode dissociar a estrutura administrativa do processo decisório. Isso deve ser levado em conta quando da atualização desse tema”, afirmou.

Para o professor Neto não se trata simplesmente de manter ou extinguir departamentos, mas como essa estrutura pode contribuir com a finalidade primordial da universidade. “E, mais que isso, é como se pode assegurar que o processo decisório permaneça sob o controle da comunidade universitária, representada por seus colegiados e conselhos departamentais”, argumentou. Entre as propostas da Adua está a de que a estrutura administrativa da Ufam seja composta de órgãos colegiados e executivos, estando o poder de deliberação subordinado aos colegiados competentes.

Outra medida é a criação de colegiados superiores deliberativos específicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma dos respectivos estatutos e regimentos. Além disso, a Associação pede pela representação paritária de docentes, discentes e de servidores administrativos nas instâncias maiores da Universidade ou mesmo nas representações departamentais.

Ciência e Tecnologia

Atividade básica da universidade, a produção e socialização do conhecimento com base em uma visão crítica e criativa também devem permear o Estatuto da Ufam, desde os princípios básicos até a finalidade do ensino superior, de acordo com o professor Luiz Fábio Paiva. “Esse tema implica em fluxo contínuo de recursos financeiros como forma de assegurar o pleno desenvolvimento da pesquisa e da formação de quadros, a fim de que a Universidade cumpra o seu papel de transformador da sociedade”, pontuou.

Ainda que o Brasil figure como um país que mais investe em ciência e tecnologia na América Latina, atendendo aos critérios do mercado, os investimentos nessa área não podem estar atrelados ao cumprimento de metas e resultados. “A pesquisa na universidade deve se orientar para atender aos interesses sociais e não corporativos, observadas as características regionais, apesar de a economia local ser praticamente dependente do Pólo Industrial de Manaus”, justificou Fábio, acrescentando que há novas oportunidades de conhecimento geradas pelos pólos de fármacos e cosméticos.

Para financiamento não só da pesquisa, mas da educação superior como um todo, a universidade precisa lutar pela

Cronologia da Estatuinte
Entenda o desencadeamento do processo na Ufam

Set/2009 – A Adua encaminha à Reitoria pauta de reivindicações, na qual consta como item número um a Estatuinte.

17/12/2009 – A Reitora da Ufam, Márcia Perales, apresenta ao Consuni o Parecer 007/2009, com as justificativas para revisão e atualização do Estatuto e o Regimento Geral da Universidade.

12/03/2010 – Ufam publica Portaria nº 567/2010, que constitui Comissão para Elaboração da Minuta do Projeto Estatuinte – 2010 (Comissão Pró-Estatuinte), formada por representantes da Adua, Consuni, DCE, Reitoria, Sintesam e Sociedade Civil.

12/04/2010 – Comissão Pró-Estatuinte reúne-se pela 1ª vez.

30/07/2010 – Comissão Pró-Estatuinte apresenta ao Consuni proposta de minuta do processo.

29/10/2010 – Comissão Pró-Estatuinte se desfaz, transformando-se em Comissão Executiva do Processo Estatuinte (CEPE/UFAM), que se reúne pela 1ª vez neste dia.

23/11/10 – CEPE promove lançamento do Processo Estatuinte à comunidade acadêmica, com presença do professor Francisco Miraglia, da USP. Ele destaca a função social da universidade nessa nova configuração mundial.

03 a 19/12/2010 – CEPE faz visitas às unidades acadêmicas fora da sede, para divulgação do Processo Estatuinte 2010/2011.

25/03/11 – Prazo final para envio da composição das Comissões de Base da Estatuinte, por parte das unidades acadêmicas.

01 e 02/04/11 – A Adua promove “Seminário da Estatuinte”, para discutir propostas ao novo Estatuto da Ufam.

autonomia de gestão financeira. “Um dos mecanismos pode ser a implantação do sistema de dotação orçamentária global, entendida como um instrumento garantidor da manutenção da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita”, afirma o professor Tomzé Costa.

Ele disse ainda que o novo Estatuto da Universidade também precisa apontar a obrigatoriedade de prestação de contas à sociedade, por meio da elaboração de relatórios de avaliação de suas atividades. “É preciso destacar as fontes e a destinação dos recursos públicos. Dessa forma, estaremos garantindo a plena visibilidade das ações da administração pública quanto ao uso dos recursos”, ressaltou.

Seminário

Essas e outras propostas são o foco do “Seminário Estatuinte”, nos dias 1º e 2 de abril, a partir das 8h, na sede da Adua, no Campus Universitário. O evento é aberto para todos os professores, técnicos administrativos, estudantes e enti-

dades representativas que tenham interesse em discutir as proposições para o novo Estatuto da Ufam.

Durante o encontro será apresentado um estudo sobre o estatuto, dividido em sete títulos, que vem sendo preparado pela direção da Adua durante reuniões semanais. “É um texto de apoio que tem uma espécie de diagnóstico do atual estatuto e os pontos que precisamos discutir e melhorar com base na lei”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto.

Ao final do seminário, todas as sugestões dos participantes serão compactadas em uma proposta única de estatuto. Este documento será a sugestão oficial da Adua para as mudanças no estatuto da Ufam e deverá ser apresentado nos próximos encontros sobre o tema. “Vamos colocar o resultado do seminário em um texto para divulgação, como se fosse uma cartilha apresentando todas essas propostas”, explicou o presidente.

Este estudo prévio preparado pela Adua está disponível para consulta no blog da Estatuinte, no endereço <http://estatuinteadua.wordpress.com/>

Manifestação

Consuni aprova Moção de Repúdio à MP 520

Em vigor há mais de três meses, a Medida Provisória (MP) 520/2010, que instituiu a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao Ministério da Educação, esbarrou em mais uma crítica. O Conselho Universitário da Ufam (Consuni) decidiu, durante reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro, manifestar moção de repúdio à publicação do governo, depois da medida ganhar desaprovação de várias centrais sindicais, associações e entidades por todo o país, inclusive do Conselho Nacional de Saúde.

Para o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), que propôs a manifestação no Colegiado da Ufam, a MP fere a autonomia da universidade. “O posicionamento do Sintesam acompanha a manifestação recente da Fasubra [Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras]. Para nós, essa MP é muito clara e objetiva quanto à desvinculação dos Hospitais Universitários [do domínio] das universidades”, afirmou o técnico administrativo em educação, Sebastião Cabral, representante do Sindicato e um

dos conselheiros que defendeu a aprovação da moção de repúdio.

A Adua, que já havia se incorporado às demais Seções Sindicais do Andes-SN no 30º Congresso do Sindicato, em fevereiro, se posicionando contra a MP 520, endossou a moção de repúdio aprovada pelo Consuni. “Essa medida provisória aponta para a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois os hospitais universitários terão o foco desviado para a venda de serviços e não para o atendimento da população”, disse o presidente da Associação, Antônio Neto.

Confira a MOÇÃO DE REPÚDIO na íntegra

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em reunião ordinária realizada nesta data, considerando as competências regimentais e atribuições conferidas pelo artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia universitária, dentre outras, administrativa, financeira e patrimonial; considerando o que dispõe o artigo 208 da Constituição Federal em seu parágrafo 1º, regulador do acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ratificados pelo artigo 2º do Estatuto da Universidade Federal do Amazonas; considerando que a Medida Provisória 520/2010 põe em risco a vinculação dos Hospitais Universitários das IFES, e que pode comprometer a formação e a qualificação dos profissionais de saúde que trabalham e produzem conhecimento na área da saúde pública; considerando que a MP 520 fere o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dado que os Hospitais Universitários são também considerados Unidades Acadêmicas; consideran-

do que o instrumento da MP 520/2010 ignora os organismos da sociedade, não permitindo o debate com os agentes que construíram e sustentaram o Sistema Único de Saúde; considerando a decisão do Conselho Nacional de Saúde, colegiado máximo nacional referente à gestão de saúde; considerando o posicionamento da ANDIFES através de seu Conselho Pleno representativo das 59 (cinquenta e nove) Universidades Federais, enviado ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira; considerando, finalmente, a decisão por maioria de votos, extraída em reunião ordinária, realizada nesta data, resolve MANIFESTAR publicamente seu repúdio ao teor da Medida Provisória nº 520/2010 que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

PLENÁRIO DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UFAM “ABRAHAM MOYSES COHEN”, em Manaus, 25 de fevereiro de 2011.

Discussão

MP 525 deve precarizar o ensino, alertam professores

Mesmo com 35 mil vagas abertas para concurso de professores nas universidades federais e nos Institutos Federais Tecnológicos, o Governo Federal encontrou uma brecha para publicar a Medida Provisória (MP) 525, em 14.02.11, que prevê a contratação imediata de 3.951 professores temporários sem concurso público. As consequências refletirão na qualidade do ensino, na opinião de professores da Ufam.

Com a MP, criada para atender à demanda do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o prazo de duração dos contratos deverá ser de um ano, com possibilidade de prorrogação até o limite máximo de dois anos. A portaria não informa o prazo para lançamento dos editais. “A falta de professores efetivos precariza o ensino; é preciso ter vínculo com a instituição para desenvolver atividades fora da

sala de aula”, ressaltou Nelson Noronha, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Ufam.

Para o professor, há uma contradição nas decisões do Governo Federal. Ao mesmo tempo em que a MP é aprovada, cresceu também o nível de avaliações dos cursos universitários. “Um professor que não é dedicação exclusiva, efetivo, não vai se comprometer com projetos de pesquisa e extensão e esses projetos são essenciais em uma avaliação da Capes, por exemplo”, ressaltou.

Nelson Noronha frisa que há professores aprovados no último concurso público federal, em 2009, que ainda não foram nomeados. Além disso, a criação de novos cursos deixou um déficit de 65 vagas para professores na Ufam. “No ICHL, por exemplo, só 30% dos docentes são efetivos e com dedicação exclusiva. Como pensar em qualidade do ensino dessa forma?”, disse.

“MP 525: perversidade contra a democracia”

“A edição desta MP é mais um indicador, perverso, do quanto o Estado, no Brasil, é um instrumento de execução da ‘democracia direta’ do capital. A expansão precarizada do ensino superior não poderia dar noutra coisa: a opção pelo barateamento da educação. Dizia o velho educador Anísio Teixeira que guerra e educação ninguém pode fazer de forma barata. Mas a primeira pergunta que assoma na mente do tecnocrata é sempre esta: quanto custa educar? Dificilmente se pergunta sobre o preço da ignorância. À expansão em curso nem quantidade é garantida, pois o que se expandiu, o foi desde o início pensado na lógica do ‘fazer mais com menos’. O recente aumento salarial concedido ao Presidente, Senado-

res e Deputados Federais é um exemplo ‘pedagógico’ do que significa ‘fazer mais com menos’ nesse país do barateamento e da bolsificação dos direitos. Como na periferia do capital produzir ciência pode parecer um luxo, abrese a porta para a Universidade expandir-se até mesmo sem quantidade, inclusive. Certa vez ironizado se não seria um abuso defender uma Universidade Popular, Gramsci respondera que aos proletários impõe-se como um dever não serem ignorantes. O que fazer? Resistir e lutar. Do contrário, nos credenciamos a figurar como a sétima potência capitalista (e analfabeta) do planeta.”

(José Alcimar, professor da Ufam e membro da diretoria da Adua)



Artigo

Dia Internacional da Mulher

Heloisa Helena

Dia Internacional da Mulher... São muitas histórias para explicar o surgimento da data... Das mulheres socialistas nas ruas do leste às lutadoras operárias americanas tecelãs de tecido lilás!

As histórias de agora também são muitas... Parecem mesmo com aquela que Galeano contava de uma antiga mulher de imensa saia cheia de bolsinhos, em cada um deles papezinhos que ao serem retirados ressuscitavam esquecidos e mortos e todas as andanças do bicho humano.

Queiramos ou não em cada uma de nós recontamos as muitas histórias de outras mulheres espalhadas pelo mundo... No silêncio da neve ou da solidão, nas dunas do deserto ou do mar, nos sertões ou nas cidades, na imensidão das florestas ou das pedras cortadas pelos rios... Afinal, sorrisos e lágrimas são mesmo iguais em qualquer lugar do mundo!

A nossa Coragem vem lá das negras guerreiras que foram açoitadas, marcadas com ferro em brasa, penduradas em ganchos de ferro que lhes atravessavam as costelas, mas nada foi capaz de impedi-las de lutar a gloriosa – mesmo que nem sempre vitoriosa – luta da liberdade!

A nossa Intuição vem lá das índias – lobas, corujas, águias, ursos, beija-flores... – decifradoras dos mistérios das matas, florestas, caatingas... Colhendo as folhas de todos os remédios e seguindo as estrelas com seus filhos pendurados dividindo leite com outros bichinhos!

A nossa Liberdade vem de muitas

mulheres... Brancas, negras, gordas, magras, novas, antigas, de todas as religiões ou sem nenhuma delas... Livres e ousadas para usar o mais vermelho dos batons e sair mundo afora como mestras das artes do encantamento... Ou livres e ousadas de cara lavada feito lírios dos campos e ostentando as rugas talhadas pelas dores do tempo!

De nada valerá a inveja entre nós... A vã tentativa de apagar na outra o brilho que gostaríamos de ter. De nada valerá a perseguição implacável às outras... Reproduzindo as línguas cínicas, machistas e maldosas que condenam nas mulheres o que nos homens aplaudem.

Somos todas igualmente mulheres andarilhas e lutadoras do povo ou condenadas nas prisões domésticas olhando a vida pelas brechas das suas janelas... Somos todas donas do nosso amor e do nosso corpo ou vendidas com a alma dilacerada e a auto-estima destruída... Somos todas em cada uma de nós... Em tristezas, alegrias, amores, segredos dolorosos, fraquezas inconfessáveis... Apenas Mulheres... E Grandes Mulheres... Untadas nos perfumados óleos de ternura e fúria... Ostentando as cicatrizes que as lágrimas deixaram na alma como sinais sagrados das suas lutas... Colhendo flores e frutos e semeando Vidas nesta maravilhosa experiência de ser Mulher!

Heloisa Helena é enfermeira, professora licenciada da UFAL e vereadora em Maceió pelo PSOL. Publicado no site da Fundação Lauro Campos em 09.03.2011.

Avaliação

Pós-graduações da Ufam são avaliadas pela Capes

A última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) determinou que alguns cursos de pós-graduação da Ufam devem passar por modificações para se adequarem ao padrão de qualidade exigido pelo órgão. Dos 31 cursos da Ufam, 18 tiveram nota 3 (regular) e 11 alcançaram nota 4 (satisfatória). Os mestrados em Ciências da Saúde e Desenvolvimento Regional apresentaram nota 2, deixando de ser recomendados pela Capes.

O movimento docente reconhece que os critérios da Capes são produtivistas, mas esta última avaliação é bastante reveladora das condições dos cursos de pós-graduação da Ufam. Sabe-se que a Capes tem o poder de não recomendar cursos caso eles não atinjam as metas traçadas (infra-estrutura adequada; integração de linhas, projetos de pesquisa e produção intelectual; participação docente; produção de dissertações e teses de qualidade).

Segundo a pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, professora Selma Baçal, há um esforço da Ufam para garantir que os cursos alcancem as metas. Há desde o benefício de um conjunto básico de materiais (computador, escrivaniha e impressora) para novos doutores vinculados à pós-graduação (Programa Tucandeira) até apoio financeiro para alunos e professores publicarem em revistas nacionais e internacionais (programas Caxiri e Nheengatu, respectivamente). “O peso das publicações para a avaliação da Capes é altíssimo”, explica Selma.

Em relação aos mestrados em Ciências da Saúde e Desenvolvimento Regional, Selma apontou como causa da baixa pontuação a escassa produção intelectual e o preenchimento incompleto do formulário da Capes. “Esse formulário é extenso e complexo”, frisou, “e o preenchimento incorreto é muito prejudicial para a avaliação”.

Erros e acertos da avaliação

O coordenador do mestrado em Ciências da Saúde, professor Nelson Fraiji, da Faculdade de Medicina, confirma a gravidade do problema. Segundo ele, o curso não atingiu nota 3 por conta desse preenchimento incorreto. “O formulário da Capes identificou baixa produção discente, mas quando revisamos as informações, constatamos erro de análise”. Para completar, a Capes ignorou as correções enviadas pela coordenação, mantendo a nota 2 mesmo depois de comprovado o equívoco.

Apesar da frustração, o professor Nelson frisou que não pretende desistir do programa. “Minha posição pessoal é continuar

com o mestrado, com ou sem a recomendação da Capes”, afirmou o coordenador, dizendo ainda que serão realizadas reuniões para decidir o futuro do programa.

O caráter quantitativo é outro aspecto da avaliação que gera controvérsias e o mestrado em Desenvolvimento Regional comprova isso. Segundo a vice-coordenadora, professora Andreia Brasil, da Faculdade de Estudos Sociais, o curso passou por melhorias na organização pedagógica, nos procedimentos administrativos e maior seletividade de discentes, mas deixou a desejar na quantidade de publicações e foi avaliado negativamente. “Nosso programa é interdisciplinar, com professores de áreas distintas, o que atrapalhou os esforços conjuntos para publicações”, explica a professora. Andreia acredita que uma avaliação focada nos aspectos locacionais, nos alunos e na instituição garantiria um resultado diferente para a Capes.

A nota 2 surpreendeu coordenação e

Apesar do breve histórico dos programas de pós-graduação, os resultados são considerados satisfatórios

alunos. “Os discentes reagiram com espanto, mas não se acomodaram: participaram do recurso para a Capes rever a nota e quiseram incluir nele suas publicações mais recentes”, afirmou o coordenador do programa, professor Pery Teixeira, da FES. Tais esforços têm razão de ser, pois a coordenação frisou a boa quali-

dade dos trabalhos discentes e a crescente demanda pelo curso. Por conta disso, ela planeja uma recuperação, inclusive com o recadastramento do programa junto a Capes no futuro. A coordenação também pretende se fortalecer no quesito que a Capes mais cobra: as publicações. “Pretendemos lançar um livro em breve com a produção de alunos e professores, e estudamos uma proposta junto à [editora] Valer para mais uma publicação”, informou o professor em primeira mão ao Jornal da Adua.

Questionada sobre o futuro dos mestrados em Ciências da Saúde e Desenvolvimento Regional, a pró-reitora Selma garantiu que nenhum aluno será prejudicado e que a Ufam fará um intenso trabalho de recuperação. “Estamos realizando seminários internos para desenvolver metas de trabalho, reavaliações curriculares e todo o necessário para uma avaliação positiva no futuro”, afirmou. Com uma média de 1400 alunos ingressantes na pós-graduação em 2011, resta esperar que um esforço conjunto entre universidade, docentes e discentes renda bons frutos para as avaliações futuras.

Educação

Congresso do Andes-SN: tr

Centenas de professores universitários de diversas partes do país estiveram reunidos, durante sete dias, no 30º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), para avaliar e discutir os rumos da “Universidade Pública, Trabalho Acadêmico e Crítica Social” – tema desta edição, que ocorreu de 14 a 20 de fevereiro, em Uberlândia (MG). O encontro selou o aniversário de 30 anos da entidade, comemorado em fevereiro, e foi marcado pela aprovação de uma série de temas que sugerem melhorias à docência no ensino superior e, por tabela, à qualidade da educação. Os congressistas também não pouparam críticas ao governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da atual presidente, Dilma Rousseff, e elogiaram a escolha da próxima cidade anfitriã do Congresso: Manaus.

Liberdade. Autonomia. Democracia sindical. Essas foram as palavras de ordem na agenda dos participantes do 30º Congresso do Andes-SN, que reuniu cerca de 330 professores das 61 Seções Sindicais (entre delegados e observadores), além de convidados e diretores nacionais, em defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis. Pautados por esse tripé, os congressistas criticaram as reformas e medidas que ameaçam direitos básicos e precarizam o serviço público, como a privatização do ensino superior em instituições públicas, o modelo produtivista na educação, a sus-

penção dos concursos públicos no país, além do corte de R\$ 50 bilhões no orçamento, anunciado pela presidente Dilma Rousseff. No alvo das críticas estão também a publicação da MP 520, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e o PL 549, que congela o salário dos servidores federais por dez anos.

Evento promovido pelo Andes-SN reuniu professores das cinco regiões do país, em busca de um futuro melhor para as universidades brasileiras

“Todas essas são medidas que implicam em precarização do trabalho docente nas universidades públicas e se constituem como ataque à qualidade da educação, por parte do governo, sobretudo por conta do contingenciamento de recursos para esse setor”, disse o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), Antônio Neto. Estreante em Congressos do Andes-SN, o docente disse ser necessário aglutinação de forças com outros movimentos sindicais e sociais para combater ações que classificou como “lapidação do serviço público”. “O Andes terá de juntar-se a outros sindicatos e associações para fortalecer a resistência”, completou.

Na avaliação dos professores e da di-

reção do Sindicato Nacional, a publicação, no dia 14 de fevereiro, da MP 525, que altera a Lei nº 8745 e versa sobre a contratação de professores temporários, estabelecendo vagas de profissionais de ensino em novas instituições, sem a obrigatoriedade da promoção de concursos, também caiu como um “balde de água fria”, justamente na abertura desta edição do Congresso. “Esse é mais um indício de precarização do trabalho docente, pois, além de salários menores, é vetado o direito a férias e o acesso ao plano de carreira a estes trabalhadores”, afirmou o presidente da Adua.

“As ações do governo estão indo na contramão das medidas que os movimentos sindicais, sociais e populares defendem e que repercutem para a sociedade em geral”, reforçou o docente Jacob Paiva, 2º vice-presidente do Regional Norte I do Andes. Para ele, a categoria não pode perder de vista a “perspectiva de ampliar as lutas programáticas” com outras instituições na defesa dos interesses da população.

Para o 1º Secretário da Adua, José Alcimar de Oliveira, os docentes devem manter resistência pela autonomia, democracia, crítica social permanente e intransigente em defesa da educação como direito de todos e dever do Estado. “Nestes tempos em que emergem intelectuais contentes e afeitos a intervenções áulicas, não podemos permanecer ajoelhados ao poder, pois a trajetória do Andes é autônoma, democrática e classista”, afirmou.

“Agenda de luta” recomeça em março

Em vista disso, o movimento docente já elaborou “agenda de luta” para este ano, encabeçada pela campanha em favor de maior destinação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação, chegando a 10%. De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o total de investimentos realizados em educação é de aproximadamente 5% do PIB. Diversos movimentos sociais e sindicais, liderados pelos professores, planejam um ato público em favor de mais recursos para a educação. O evento está previsto para ocorrer em Brasília, no segundo trimestre.

Antes, porém, a diretoria do ANDES-SN pretende enviar aos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ainda neste mês de março, a minuta de um Projeto de Lei de Reestruturação de Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino, aprovado, por unanimidade, no 30º Congresso

do Sindicato Nacional. O protocolo do PL é uma das ações urgentes previstas na agenda elaborada pelos docentes.

O projeto prevê, entre outras coisas, carreira única para todos os professores das instituições de ensino superior, independente do nível a que estejam vinculados, além do restabelecimento da isonomia salarial por meio de remuneração única, agregando o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, e excluindo todas as gratificações. Entre outras diretrizes do PL está ainda a paridade dos docentes ativos com os aposentados e pensionistas, garantindo todos os direitos quando da aposentadoria e a fixação de uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos.

Para este ano estão previstos ainda a organização de seminários e debates para divulgar a proposta de Carreira de Professor Federal e o agendamento da discussão

do tema nos Conselhos Universitários e audiências com a Andifes, com lideranças partidárias e com presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público da Câmara e do Senado. A ideia é fazer o Projeto de Lei chegar ao Congresso Nacional.

Em nível local, a ADUA pretende mobilizar e sensibilizar a categoria para a necessidade de envolvimento nas discussões dos temas da agenda nacional, entre eles o Plano de Carreira Docente, salário e aposentadoria, bem como a qualidade dos serviços e a defesa da universidade pública e gratuita. A expectativa é iniciar os encontros ainda em março. “É estratégico para nós continuarmos construindo um pólo classista, autônomo e independente, mantendo o movimento docente articulado com as camadas mais amplas da classe trabalhadora, como forma de resistir à retirada de direitos e avançar nas conquistas em termos de financiamento público para a educação”, reiterou o presidente da Adua, Antônio Neto.



Maioria da delegação do Amazonas foi de

Docentes aprovam na 30ª edição do Con

Nos sete dias do Congresso, os professores delegados aprovaram alterações estatutárias que irão impactar positivamente no trabalho de reaproximação do Sindicato Nacional com as bases. Entre elas, a filiação de novos docentes, cuja finalidade seja a promoção e a defesa da qualidade de vida, de trabalho, dos interesses sociais e culturais. “Um dos destaques foi o caráter de renovação do público do evento, onde se viu muitos professores novos, recém-admitidos, inseridos nas discussões de interesse da categoria, ainda que haja conflitos de geração e algumas formas de resistência, afirmou o 2º tesoureiro da Adua e professor do curso de Ciências Sociais do ICHL da Ufam, Luiz Fábio Paiva.

Considerado tema estratégico pelos docentes, o Plano Geral de Comunicação, aprovado com ampla maioria dos votos, priorizará ações e instrumentos tendo em vista objetivos e público-alvo envolvidos. A novidade nesse campo é a aprovação da proposta de criação e desenvolvimento de ferramentas de comunicação “multissensoriais”, que incluam materiais específicos para portadores de necessidades especiais, como há casos registrados de colegas docentes nessas condições.

Além disso, passarão a ser explorados o uso de softwares livres (de código aberto) na produção editorial dos informativos do sindicato, e das redes sociais, como ferra-

Três décadas de resistência

Foto: Luiz Fábio Paiva



Estreantes em Congressos do Andes-SN

Mudanças durante o Congresso

mentas de comunicação alternativa, ao lado dos microblogs. “O Plano de Comunicação é resultado de um processo de estudo que durou mais de um ano e que prevê, entre outras coisas, a ampliação das ações de comunicação interna e externa. O Sindicato Nacional e, conseqüentemente, as Seções Sindicais precisam não só mobilizar as bases para as atividades conjuntas, mas mostrar à sociedade aquilo que vem sendo feito pela educação”, disse o jornalista e professor do curso de Comunicação Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins/Ufam, Lucas Milhomens. Para o docente, que também é 2º Secretário da Adua, o Plano está mais “concreto”.

Quanto às eleições do ANDES-SN, essas continuarão a ocorrer em dois dias, por voto direto e presencial, uma vez que o Congresso rejeitou a proposta apresentada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (Adufpi-Seção Sindical), que propunha o ajustamento do processo eleitoral para apenas um dia.

Nesta edição do Congresso, o ANDES-SN confirmou ainda sua filiação à Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas). Os congressistas aprovaram a filiação por entenderem que há pontos de convergência entre as duas instituições, entre eles a preservação da independência sindical e a manutenção das relações com os movimentos sociais.

Manaus será sede do 31º Congresso do ANDES-SN

Depois de quase 20 anos, Manaus voltará a sediar uma edição do Congresso do ANDES-SN. A primeira vez que a cidade acolheu delegações de outros Estados para discussões sobre educação superior foi em março de 1993. A previsão é que o próximo Congresso ocorra no primeiro trimestre de 2012, segundo o presidente da Adua, Antônio Neto. “Consideramos que nossa entidade possui as condições políticas e organizativas necessárias para uma responsabilidade deste tamanho, com o mesmo nível da edição anterior”, ressaltou.

Na avaliação do 2º vice-presidente do Regional Norte I, Jacob Paiva, que já participou de mais de dez edições do Congresso do Andes-SN, Manaus conta hoje com melhores condições em termos de infra-estrutura que há vinte anos e isso será diferencial no próximo evento. “A cidade tem total condição de reeditar aquela recepção calorosa como a que foi realizada há quase duas décadas”, disse Paiva, acrescentando que considera importante “trazer o Congresso para o contexto da Amazônia”.

Uma prova já foi mostrada em Uberlândia. Para conquistar o voto dos congressistas, a delegação manauara, composta por sete delegados e três observadores, apresentou um vídeo-convite, com oito minutos de duração, contendo informações sobre a diversidade étnica, ambiental e cultural da Amazônia, além dos contrastes da Manaus antiga e a cidade no período atual. Entraram no roteiro também as instalações da Ufam e as lutas históricas dos docentes da instituição e de outros movimentos sociais na cidade. Na produção, o poema “Amazônia”, recitado por Thiago de Melo, além da “trilha sonora” da cidade, “Porto de Lenha” e “Domingo de Manaus”, na voz de Torrinho e Chico da Silva, respectivamente, emocionaram os congressistas, segundo o presidente da Adua.

A ideia de apresentar a candidatura e o vídeo ocorreu durante a participação na 30ª edição do evento, como tentativa de colocar o tema Amazônia no centro das reflexões sobre a educação superior. “A decisão de concorrer como sede ocorreu ainda em Uberlândia em reunião da nossa delegação. Pensamos em todas as dificuldades, considerando que a boa organização da Adufu [Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia] nos colocava um desafio muito grande. Mas temos todas as condições”, disse o presidente, acrescentando que o evento pode “contribuir no processo de reorganização política da Adua e dar uma injeção de ânimo na militância”.

Exposição e ato público

A 30ª edição do Congresso contou ainda com uma exposição que retratou a trajetória das Seções Sindicais do Andes nessas três décadas de existência do Sindicato Nacional. Cerca de 20 painéis enviados pelas seções de várias partes do Brasil expunham um pouco do percurso de luta de cada uma, desde o surgimento como associação até o processo de sindicalização, caso da Adua-Seção Sindical. A apresentação foi reforçada com a exibição de um vídeo, contendo imagens de arquivo e depoimentos de alguns dirigentes sobre a atuação do Sindicato desde a ditadura militar, quando surgiu a entidade, passando pelas Diretas

Já, a Constituinte de 1988, a luta pelo impeachment de Fernando Collor, as privatizações do governo Fernando Henrique, até as lutas mais recentes.

Os 30 anos do Andes também foram marcados pela realização de um ato público no plenário da Câmara Municipal de Uberlândia (MG), em defesa da entidade e da educação pública. A manifestação contou com o apoio de líderes de escolas públicas do Estado, do SOS Clima Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, além do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais e Sindicato dos Trabalhadores da UFU.

Estreantes avaliam participação

A maioria dos integrantes da delegação (confira na tabela) da Adua participou pela primeira vez do Congresso do Andes-SN. Dos 10 integrantes, apenas os docentes Aloysio Nogueira e José Alcimar de Oliveira, ambos delegados, eram veteranos no evento do Sindicato Nacional.

A delegação contou ainda com cinco professores novatos como delegados, entre eles o presidente da Adua, Antônio Neto. Para o docente, a participação e o empenho da delegação já trouxe resultados para o Amazonas, disse ele, lembrando a escolha de Manaus como sede da próxima edição do evento como destaque. “Foi interessante a participação ativa de todos, ninguém se intimidou, muitos discursaram na plenária e estiveram à frente de grupos de discussão”, ressaltou.

Para o professor Lucas Milhomens, da Unidade da Ufam em Parintins, o congresso

foi uma oportunidade dos docentes do Amazonas conhecerem as realidades acadêmicas de outros estados e trocar informações com militantes da docência de diferentes gerações. “Ajuda no fortalecimento da categoria, atrai a nova geração de docentes para se engajar nessa luta que faz parte da história do País”, disse.

Já a professora Nívea Guedes, da Unidade de Itacoatiara, destacou as discussões acerca dos temas “Plano de Carreiras” e “Ciência e Tecnologia” nas universidades federais. “Os níveis dos trabalhos apresentados e discutidos foram excelentes. A partir de agora, é fundamental mobilizar os colegas que não foram para se engajar, principalmente por Manaus ser a próxima sede”, afirmou. E ela já começou o trabalho no próprio município onde leciona. “Já reunimos com outros docentes e servidores da unidade para repassar as informações do Congresso”, completou.

Números do Congresso

Seções Sindicais: 61		
Delegados: 292		
Observadores: 41		
Convidados: 2		
Diretores do ANDES-SN: 34		
Delegação da ADUA	Tipo de Inscrição	Participação
Aloysio Nogueira	Delegado	
Antônio Neto	Delegado	1ª vez
Charles Falcão	Observador	1ª vez
Elcicley Faria	Observadora	1ª vez
José Alcimar de Oliveira	Delegado	
Lucas Milhomens	Delegado	1ª vez
Luiz Fábio Paiva	Delegado	1ª vez
Luiz Fernando Santos	Delegado	1ª vez
Max Pinheiro	Delegado	1ª vez
Nívea Cristina Guedes	Delegada	1ª vez

Carreira

Um novo plano para os professores federais

Um dos principais resultados do 30º Congresso Nacional do Andes foi a aprovação do Plano de Carreira pelos participantes. Desde 1993, durante a edição do Congresso em Manaus, o tema é foco de debates entre a classe docente. Em 1995, uma das propostas mais polêmicas chegou a um consenso: a progressão da carreira da docência federal passou a ser por titulação e não mais por avaliação acadêmica, como era nos anos anteriores. Com o passar do tempo, pouco se evoluiu desde os primeiros planos elaborados e uma nova realidade acadêmica e econômica fez surgir a necessidade deste novo plano de carreira, aprovado no encontro nacional deste ano.

Em Manaus, os docentes conheceram os detalhes do Plano de Carreira de 2011 durante Assembleia da Adua, realizada no dia 18 de março. O professor Francisco Jacob Paiva, da Regional Norte 1 do Andes-SN, esmiuçou os detalhes da proposta aprovada. Segundo ele, desde o período da Ditadura Militar, o Governo tem uma visão inadequada sobre o serviço público, o que reflete na qualidade do ensino. “Além disso, a atual projeção da carreira não é compatível com a necessidade das próprias universidades, do docente e não acompanha a mudança da economia brasileira”, ressalta.

Entre os principais pontos do plano estão a nova estrutura de ascensão da carreira e a remuneração adequada. O primeiro item do documento propõe unificar todos os professores das Instituições Federais de Ensino na condição de Professor Federal, administrada no âmbito de cada instituição.

O objetivo é ter um cargo único que valorize o professor sem dispersar em fragmentações, classes nominadas ou inominadas que não refletem diferenciações de função

na prática. “A ideia contribuir para recuperar a dignidade social e salarial de qualquer professor, seja ele municipal, estadual ou federal, o ideal é que todos deve ter o mesmo tratamento”, explica o professor Jacob.

Além disso, a estruturação da carreira terá progressão ao topo baseado em 25 anos de trabalho, divididos em 13 níveis de ascensão, todos remuneratórios com ingresso no nível inicial. “Hoje somos divididos em cinco classes; é preciso acabar com isso. Essa reorganização vai permitir a promoção conforme o desempenho do docente”, explica Francisco Jacob.

Com a reestruturação, a ideia é valorizar o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho aprovado na sua unidade acadêmica de lotação. Essa avaliação será realizada no âmbito institucional, considerando a contextualização social, a condições concretas em que se dá o trabalho e a diversidade das práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento.

Remuneração

Conforme o plano aprovado, de um nível para outro haverá progressão salarial. A ascensão será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no nível, uma vez que os planos de trabalho executados neste período tenham sido aprovados.

A isonomia salarial será assegurada pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado por Professor Federal do

mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação, bem como pela uniformidade de critérios gerais para progressão e para ingresso, obrigatoriamente, por concurso público.

O piso nacional atribuído ao docente graduado do nível remuneratório um (1) em regime de trabalho de 20 horas semanais (salário mínimo do DIEESE) será o gerador da tabela de remuneração correspondente à Carreira de Professor Federal. Prevê ainda

um interstício de cinco por cento (5%) entre os níveis remuneratórios.

A remuneração única dos integrantes é acrescida conforme titulação, com aumento definido em uma tabela de porcentagens. Será da seguinte forma: 75% para os detentores de título de doutor ou de Livre-Docente; 37,5% para os detentores de grau de Mestre; 18% para os detentores de certificado de curso de Especialização e 7,5% para os detentores de certificado de curso de

Aperfeiçoamento.

Outro detalhe é que haverá a remuneração única quanto ao regime de trabalho, tendo como referência o regime de 20 horas de trabalho semanais. Com isso, o acréscimo será de 100% para o regime de trabalho de 40 horas semanais e 210% para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva. “Isso vai motivar os docentes a cumprir a legislação de se dedicar integralmente à Universidade, aos projetos de extensão e a pesquisa, pontos fundamentais para qualidade do ensino público”, frisou Jacob.

ga horária de 40 horas semanais, titulação de mestrado, doutorado, aperfeiçoamento, produção científica relevante, dedicação integral para crescer no valor bruto do salário. O modelo permite contrato de professores temporários como colaboradores, com contrato via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Com isso, surge em 1980, a primeira greve em prol da efetivação dos colaboradores.

Na década de 1980, o plano da Ministra Esther Ferraz, durante o Governo Figueiredo, propôs que as universidades fossem fundacionais, com diferentes formas de organização do quadro docente/diferentes salários. A medida gerou outra greve nacional em 1985 em prol da Carreira Única.

Em 1987 veio a conquista da Carreira Docente pelo Movimento Docente através do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Salários (PUCRCE). O documento previu tempo de serviço, formação continuada, avaliação contínua, trabalho acadêmico coletivo e valorização da dedicação exclusiva. O movimento conseguiu também a derrota do Grupo de Estudos e Reestruturação do Ensino Superior (Geres), durante o Governo do ex-presidente José Sarney. O projeto visava a privatização, produtivismo e precarização por meio de uma universidade operacional voltada para atender aos interesses do mercado. Divisão entre Centros de Excelência e Escolões de 3º grau.

Em 1988, se consagra um projeto de universidade organizada nos princípios da: autonomia de gestão, democracia, financiamento público, isonomia com salário integral, estabilidade, paridade na aposentadoria, dedicação exclusiva como regime preferencial, entre outros pontos.

Desde o governo do ex-presidente Fernando Collor surgiram sucessivas alterações na carreira conquistada, entre elas o congelamento da tabela salarial, remuneração composta por diferentes gratificações, exclusão do adicional de titulação do corpo do salário, modificações no Regime Jurídico Único, quebra de isonomia entre ativos e aposentados e diferenciação da carreira docente entre os graus de ensino.

Com a mudança, a ideia é valorizar o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho

Regime de 20 horas (piso 01/06/2010)

Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	3.756,93	4.038,70	4.433,18	5.165,78	6.574,63
	12	3.578,03	3.846,38	4.222,08	4.919,79	6.261,55
	11	3.407,65	3.663,22	4.021,02	4.685,52	5.963,38
	10	3.245,38	3.488,78	3.829,55	4.462,40	5.679,41
	9	3.090,84	3.322,65	3.647,19	4.249,90	5.408,96
	8	2.943,65	3.164,43	3.473,51	4.047,52	5.151,39
	7	2.803,48	3.013,74	3.308,11	3.854,79	4.906,09
	6	2.669,98	2.870,23	3.150,58	3.671,22	4.672,47
	5	2.542,84	2.733,55	3.000,55	3.496,40	4.449,97
	4	2.421,75	2.603,38	2.857,67	3.329,91	4.238,07
	3	2.306,43	2.479,41	2.721,59	3.171,34	4.036,25
	2	2.196,60	2.361,35	2.591,99	3.020,33	3.844,05
	1	2.092,00	2.248,90	2.468,56	2.876,50	3.661,00

Regime 40 horas

Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	7.513,86	8.077,40	8.866,36	10.331,56	13.149,26
	12	7.156,06	7.692,76	8.444,15	9.839,58	12.523,10
	11	6.815,30	7.326,44	8.042,05	9.371,03	11.926,77
	10	6.490,76	6.977,56	7.659,09	8.924,79	11.358,83
	9	6.181,67	6.645,30	7.294,37	8.499,80	10.817,93
	8	5.887,31	6.328,86	6.947,02	8.095,05	10.302,79
	7	5.606,96	6.027,48	6.616,21	7.709,57	9.812,18
	6	5.339,96	5.740,46	6.301,16	7.342,45	9.344,93
	5	5.085,68	5.467,10	6.001,10	6.992,81	8.899,94
	4	4.843,50	5.206,77	5.715,33	6.659,82	8.476,13
	3	4.612,86	4.958,82	5.443,17	6.342,68	8.072,51
	2	4.393,20	4.722,69	5.183,98	6.040,65	7.688,10
	1	4.184,00	4.497,80	4.937,12	5.753,00	7.322,00

Regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva

Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	11.646,49	12.519,97	13.742,86	16.013,92	20.381,35
	12	11.091,89	11.923,78	13.088,43	15.251,35	19.410,81
	11	10.563,71	11.355,99	12.465,17	14.525,10	18.486,49
	10	10.060,67	10.815,22	11.871,60	13.833,43	17.606,18
	9	9.581,59	10.300,21	11.306,28	13.174,69	16.767,79
	8	9.125,33	9.809,73	10.767,89	12.547,33	15.969,32
	7	8.690,79	9.342,60	10.255,13	11.949,83	15.208,88
	6	8.276,94	8.897,71	9.766,79	11.380,79	14.484,65
	5	7.882,80	8.474,01	9.301,71	10.838,85	13.794,90
	4	7.507,43	8.070,49	8.858,77	10.322,72	13.138,00
	3	7.149,93	7.686,18	8.436,92	9.831,16	12.512,38
	2	6.809,46	7.320,17	8.035,16	9.363,01	11.916,56
	1	6.485,20	6.971,59	7.652,54	8.917,15	11.349,10

Entrevista: Menabarreto França**“Mudando o pensamento das pessoas, mudaremos o país”**

A qualidade do ensino na área de medicina e a crise no curso da Ufam. A nova Medida Provisória sobre os hospitais universitários (HU's) e a polêmica sobre a construção do Porto das Lajes.

Estes são os principais assuntos discutidos pelo professor aposentado e um dos fundadores da Adua, Menabarreto Segardilha França. O entrevistado deste mês é médico, graduado pela Ufam, especialista

em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (RJ) e mestre em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como diretor da Faculdade de Ciências da Saúde

da Ufam, entre 1993 e 1997, e atualmente está a frente do Movimento SOS Encontro das Águas, que luta pela preservação do local onde está sendo construído o Porto das Lajes.

A Faculdade de Medicina da Ufam está vivendo estes últimos anos uma crise institucional. Qual sua análise sobre isso?

O problema vem desde a raiz, desde a Constituição. Primeiro, o artigo 200 diz que quem deve ordenar a formação de recursos humanos para a população, traçar esse perfil com base no que a própria população necessita é o Sistema Único de Saúde (SUS) e não a academia. Ou seja, nunca foi cumprido isso, o poder público se esquiva e joga a responsabilidade da formação do médico para a universidade, que mais deforma do que outra coisa. Outra coisa é que precisamos trabalhar a medicina preventiva, a qualidade de vida que tem como base na estratégia médico da família. Ou seja, o aluno deve sair da universidade como generalista e médico da família, conforme as necessidades percebidas no campo prático que deveriam ser as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do SUS. A lei nunca foi cumprida e o pior: a universidade é inadimplente com isso. E como tudo mais relacionado ao ensino da medicina, não há um projeto político pedagógico que estabeleça este tipo de formação para o aluno conforme a lei exige. O professor não vai nem para o HUGV (Hospital Universitário Getúlio Vargas) quanto mais para UBS.

O que mais tem por trás disso? Por que não se cumpre a lei?

Há verdadeira falta de responsabilidade da Ufam, um pacto de mediocridade: professor finge que dá aula e o aluno finge que estuda. Professor tem que ser dedicação

exclusiva para se dedicar aos projetos de extensão, ao aluno e ao curso. Praticamente todos da medicina trabalham por fora e, como a gestão é frouxa, nada acontece, só mesmo a precarização do ensino. Quando fui diretor da Faculdade de Ciências da Saúde passei um pente fino e exigi dedicação exclusiva dos professores, a maioria pediu redução de carga horária. A pessoa faz concurso para professor sabendo que viverá só disso, mas chega lá e não quer cumprir a lei. Estão sucateando a universidade! Estamos cheios de professores substitutos, sem vínculos, o que precariza o ensino porque não permite que a universidade seja um centro de discussões e questionamentos, isto está se perdendo, não querem estimular o pensamento crítico do aluno.

Outro setor que vive profunda agonia financeira e administrativa é o HUGV. Qual sua concepção acerca dos hospitais universitários?

No meu entendimento, não é necessário ter hospital universitário, fui voto vencido. Minha sugestão é que se cumpra a lei, que diz que os alunos

de graduação e especialização devem usar as unidades do SUS como campo para a prática da medicina, é o primeiro ponto. Depois a Ufam deforma o aluno, não cria um projeto político pedagógico para o estudante, não busca recursos para ter o material de apoio necessário e principalmente não cobra do professor para ele ir para dentro do HUGV. Essa ideia de hospital universitário é cópia dos americanos, deveríamos nos espelhar no modelo europeu, o aluno vai logo para o campo mesmo, no hospital da rede pública. O problema é que o aluno não é preparado para atuar na atenção básica, quanto mais nos hospitais de alta complexidade. O HUGV não tem estrutura física e nem de pessoal e acho que deveria ser extinto.

Como o senhor avalia a Medida Provisória editada durante o governo do ex-presidente Lula da Silva sobre a criação de empresa privada para gerir os HUs?

O Lula foi um bandido, que de maneira irresponsável assinou uma MP no último dia de seu governo, cujas consequências são as mais precárias para o ensino. Esse modelo que eles querem criar de um hospital autosustentável, tendo usuário particular, visando o lucro, vai piorar o processo de aprendizagem. Na década de 1990, conheci uma experiência dessas no Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em um dos andares, o professor podia atender seus pacientes particulares. Pergunta-se: e ele deixava o aluno manipular este paciente? Claro que não. Fora que ele mal dava atenção ao aluno, que tinha que se virar com os pacientes mais carentes. Na época, a revista da Associação Brasileira de Educação Médica publicou um estudo com a avaliação desses alunos e 75% classifica-

ram a experiência entre ruim e muito ruim, então é a prova que, no quesito pedagógico, essa opção é fraca. Fora que serviço público é para colocar em prática os impostos que arrecada da população, é um retorno para a sociedade. Sou totalmente contra a MP!

O senhor está à frente do Movimento SOS Encontro das Águas, que contesta e combate a construção do Porto das Lajes. Como começou o seu envolvimento neste caso e quais os principais impasses?

Tenho relação de afetividade com a comunidade da Colônia Antônio Aleixo, onde está sendo construído este porto. Em 1976 fui médico dos moradores de lá, quando o local servia de área de isolamento para as pessoas com hanseníase. Levei alunos de graduação e especialização para desenvolver, principalmente, medicina preventiva e social. As pessoas são egressas dessa época e querem manter o lugar do jeito que está. A construção de um porto vai acabar com a fauna, flora e a visão do rio, muita gente até pescou ali. Fora o barulho que vai ficar quando esse porto começar a funcionar. Só falta a homologação para o espaço ser tombado como Patrimônio Histórico. O local é de frente para o Encontro das Águas, uma referência mundial. O problema é que os interesses dos empresários, políticos e do “grupinho” do poder é ganhar dinheiro, sem pensar nas consequências sociais e ambientais. Realmente, Manaus precisa de um porto para escoamento da produção do Polo Industrial para movimentar mais a economia local, mas não precisa ser necessariamente na Colônia Antônio Aleixo.

E qual seria a solução adequada para contemplar as duas partes, em sua opinião?

Primeiro, precisa-se cumprir a promessa de campanha do ex-governador Eduardo Braga de instalar um porto no município de Itacoatiara. A própria população de lá quer e cobra essa promessa e, inclusive, tem área para isso. Para agilizar, poderia ser construindo uma via ferroviária para escoar a produção do Distrito Industrial direto para o porto de Itacoatiara. Além de ganhar tempo, melhoraria o trânsito de Manaus porque seriam

menos carretas pelas ruas, menos poluição e ainda geraria emprego no interior. Já lá na Colônia Antônio Aleixo, ao invés desse Porto das Lajes, o ideal seria construir um parque autosustentável para a população ter emprego. O local tem um forte apelo turístico, basta ter estrutura, construir restaurante, trilhas, área para venda de artesanato, visita de animais... enfim, tem muita coisa para se fazer. Inclusive, ali tinha um sítio arqueológico que já foi comprometido com essas construções. Enfim, seria interessante ter o Instituto Chico Mendes como parceiro.

Outra atividade sua são os debates abertos ao público que ocorrem na sede da Adua todas as quartas-feiras, à tarde, desde o ano passado. Quais os objetivos desses encontros?

Começamos esses debates durante o período eleitoral como uma forma de refletir sobre o tema de maneira mais aprofundada. Estamos vivendo uma fase que o Amazonas não tem oposição, todo mundo é situação, está ao lado governo. Todos os partidos de esquerda, entre eles PT (Partido dos Trabalhadores), PC do B (Partido Comunista do Brasil), todos esses aceitam tudo de quem está no poder, não temos mais um olhar crítico sobre os acontecimentos. Como o resultado foi positivo, continuamos com as discussões semanais englobando de tudo: transporte público, trânsito, saúde... Traçamos a comunidade para dentro da universidade, só assim, ouvindo essas pessoas, podemos saber de fato a realidade delas e ajudá-las a ser mais exigentes e críticos com quem está no poder. Além dos comunitários, a comunidade acadêmica participa dos debates é a única forma deles se envolverem com a população diretamente, porque se não for por projeto de extensão, que vai para o currículo deles, ou por consultoria, que dá dinheiro, não há incentivo para esse envolvimento. No projeto didático pedagógico de nenhum curso se prevê isso. Então, é mudando os pensamentos dessas pessoas que vamos conseguir mudar alguma coisa nesta cidade e neste país.



Paralisação

Foto: Lucas Milhomens



Professores e alunos reivindicam melhorias na unidade de Parintins

Falta de segurança, infraestrutura precária, laboratórios defasados, quadro de docentes insuficiente, entre outros problemas foram os motivos que levaram estudantes e professores da unidade da Ufam em Parintins a uma série de protestos.

Desde a implantação do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia do Campus de Parintins, ainda em 2007, docentes e discentes identificaram os problemas na unidade. “A situação se agrava na atual conjuntura, considerando especialmente a proximidade de avaliação dos Cursos pelo Ministério da Educação, bem como o período de formatura e colação de grau das turmas pioneiras do Instituto”, explicou o professor Lucas Milhomens, diretor da Adua.

Este ano as manifestações em prol de melhorias começaram com os próprios estudantes. Cerca de 1500 decidiram paralisar as atividades no dia 25 março. Dias depois, na data de 28 de março, os professores aderiram à paralisação dos alunos após assembleia que contou com 45 docentes. “Apoiamos a luta destes alunos e professores para que a unidade proporcione qualidade a todos do meio acadêmico; o interior sempre fica em segundo plano”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto, que viajou à Parintins para acompanhar a situação.

Um das principais reivindicações é a contratação imediata de professores aprovados no último concurso. Atualmente, a unidade possui 60 professores. De acordo com o levantamento feito durante a assembleia, faltam 23 professores para completar o quadro. A unidade possui sete cursos, o mais prejudicado é o de Artes Plásticas, com o déficit de seis professores. Nos cursos de Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia a necessidade são de três professores e no curso de Administração apenas dois. O único com a quantidade adequada de docentes é o de Comunicação Social, com um total de

dez. “Entre os quesitos do documento preparado na assembleia está a necessidade de constituir uma Comissão Permanente de Concursos”, ressalta Milhomens.

Além disso, o professor ressalta que durante a assembleia os participantes descartaram a possibilidade de contratação de professores voluntários para sanar os déficits de docentes de Parintins. “A compreensão é que a aceitação dos professores voluntários compromete a Universidade pública, gratuita e de qualidade, pautada no ensino, pesquisa e extensão”, explica Lucas.

Outra necessidade apontada durante a assembleia é a ampliação do número de professores chamados “transversais”, ou seja, que lecionam para cursos diferentes. As necessidades são nas áreas de Direito, História, Língua Portuguesa, Sociologia e Informática. Além disso, a solicitação também é que professores visitantes de outras instituições viagem para Parintins, com vistas à ampliação dos conhecimentos dos docentes, na troca de experiências e contribuição na consolidação do Instituto e na construção do Projeto Pedagógico dos Cursos.

Sobre a estrutura física da unidade, as reivindicações são para adequar os prédios às normas de segurança, principalmente no que tange ao funcionamento dos Laboratórios, sob supervisão do Corpo de Bombeiros; implantar um sistema efetivo de segurança e vigilância nas dependências da unidade; construir a Casa do Estudante e o Restaurante Universitário (RU); estruturar e manter a Fazenda Didática do Curso de Zootecnia (setor de aquíicultura, avicultura, cunicultura, apicultura, forragicultura, ovinocultura, solos), entre outros pontos.

Os alunos e professores ressaltam no documento que continuarão mobilizados em assembleias permanentes até o dia 14 de abril, data prevista para iniciar o indicativo de greve.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/01/2011 a 31/01/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	44.820,58	44.760,51	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.695,95	43.746,90	97,74%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.042,84	978,60	2,18%
1.3	Receitas com Reprografia	81,79	35,01	0,08%
2	DESPESAS	45.937,81	40.638,20	100,00%
2.1	PESSOAL	7.621,31	9.728,23	23,94%
2.1.1	Salários	6.541,31	6.052,29	14,89%
2.1.2	Rescisão (Clayton Nobre)	-	2.470,94	6,08%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	1.080,00	1.205,00	2,97%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.341,26	2.648,46	6,52%
2.2.1	Contribuição INSS	4.238,64	2.102,55	5,18%
2.2.2	Contribuição FGTS	957,05	485,25	1,19%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	119,64	60,66	0,15%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	25,93	-	0,00%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.310,00	2.746,67	6,75%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	600,00	-	0,00%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais	30,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	3.000,00	1.500,00	3,69%
2.3.4	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	140,00	110,00	0,27%
2.3.5	Serviços de Manutenção Hidraulica	70,00	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Bolsa de Estagiário	-	586,67	1,44%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	470,00	550,00	1,35%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.520,00	5.080,00	12,50%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	280,00	60,00	0,15%
2.4.2	Serviços Graficos	3.200,00	3.200,00	7,87%
2.4.3	Serviços Contábeis	2.040,00	1.020,00	2,51%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Xerox	-	800,00	1,97%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.371,35	10.363,85	25,51%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.741,12	8.741,12	21,51%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	231,66	216,00	0,53%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,64	351,68	0,87%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.048,93	1.055,05	2,60%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	9.667,63	8.059,53	19,83%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	9.187,63	8.059,53	19,83%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	480,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.097,76	2.002,96	4,93%
2.8.1	Telefone	501,10	464,23	1,14%
2.8.2	Correios/Malotes	750,00	-	0,00%
2.8.3	Combustível	240,00	150,00	0,37%
2.8.4	Materiais Hidraulicos	50,45	-	0,00%
2.8.5	Materiais Eletricos	19,00	45,00	0,11%
2.8.6	Refeições e Lanches	936,32	-	0,00%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	527,69	247,89	0,61%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	57,00	44,80	0,11%
2.8.9	Cartório (Cópias/Autenticações-Registro da Ata de Posse)	16,20	78,30	0,19%
2.8.10	Assinatura de Revistas/Jornais	-	336,00	0,83%
2.8.11	Despesas com Floricultura	-	200,00	0,49%
2.8.12	Impostos e Taxas (Cadastro Siapnet)	-	326,74	0,81%
2.8.13	Cartuchos e Toner de Tinta	-	110,00	0,27%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	8,50	8,50	0,02%
2.10.1	Despesas Bancarias	8,50	8,50	0,02%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		20.887,34	19.770,11	
RECEITAS		44.820,58	44.760,51	
DESPESAS		(45.937,81)	(40.638,20)	
RESULTADO OPERACIONAL		19.770,11	23.892,42	
Banco do Brasil S/A C/C		16.588,44	21.392,40	
Aplicação Banco do Brasil		147.623,63	148.602,23	
CAIXA		274,41	405,83	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		164.486,48	170.400,46	
OBS: % REFERENTE ANALISE VERTICAL DO MÊS				

espaço cultural

Promovido pela Livraria Valer, o evento Quarta Literária apresenta neste ano a “Série clássicos: obras que mudaram o mundo”. Trata-se de discussões acerca de livros como “Os Lusíadas”, de Camões, “Hamlet”, de William Shakespeare e “Dom Quixote”, de Miguel de Cervantes, todas encabeçadas por intelectuais amazonenses. A novidade dessa edição fica por conta da exibição de documentários e filmes baseados nas obras literárias antes das palestras. A Quarta Literária acontece gratuitamente sempre na primeira quarta-feira de cada mês, iniciando as atividades a partir das 16h30. Em abril, o tema do evento é o livro “Eneida”, de Virgílio, tendo com palestrante José Alves de Araújo.

Música

4º Festival de Música Indígena acontece no Alto Solimões

Foto: Jesco Von Puttkamer/Agência Brasil



Manifestações culturais de diversas etnias estarão em pauta no festival

As manifestações culturais dos índios nem sempre recebem o devido valor, mas o Festival de Música Indígena chega a sua quarta edição este ano com o objetivo de confirmar que esses povos têm muito a mostrar.

Organizado pela paróquia São Francisco de Assis, em Belém do Solimões, o evento acontece de 28 de abril a 01 de maio na comunidade que fica distante de Tabatinga pouco mais de 3h de barco. Mas a distância não é empecilho para os participantes, que vem de localidades diversas como Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant. Além destas, outras comunidades cuja participação já está confirmada são Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Tabatinga, todas com forte presença indígena.

O festival é uma chance de entrar em contato não apenas com a música de etnias como a tikuna, kokama ou marubo, mas também de vivenciar outros aspectos da cultura indígena. Segundo o gerente de Cultura, Esporte e Lazer da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (Seind), Rafael Custódio, neste ano o festival promete aumentar seu público. “Além de estarmos fazendo uma divulgação maior que nos outros anos, atrações variadas chamarão a atenção das pessoas que não pertencem a etnias indígenas”, afirma Custódio.

De acordo com Custódio, o evento contará com a apresentação de rituais, danças e cantos. Tal como nos anos anteriores, tudo será registrado em CD, podendo ser adquirido a partir de junho na sede da Seind, que

apóia o festival juntamente com a Prefeitura de Tabatinga, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Também está previsto no festival uma exposição de artesanato indígena, cujas peças poderão ser adquiridas pelos participantes, além da venda e degustação de bebidas tradicionais como o xixá e a caçuma, feitas a partir da mandioca. Outra atração será a escolha da índia mais bela e do índio guerreiro. Por fim, o evento contará com encenações teatrais da mitologia de cada povo, explicando o surgimento destes a partir de sua própria cosmogonia.

Segundo a professora do Departamento de Antropologia da Ufam e cientista social Deise Lucy Montardo, um festival

musical pode ser de grande valor para os indígenas. “Ao contrário do dito ‘homem branco’, o índio não vê a música apenas como entretenimento”. Ela explica: “a música está intrincada aos rituais de cura ou de comunhão com os deuses, por exemplo”. A professora também encara o festival como uma forma de quebrar preconceitos. “A música é uma via interessante tanto para o intercâmbio entre as diferentes etnias quanto entre índios e não índios. Isso se dá porque essa linguagem é universal, desempenha um papel na vida de todos”, afirmou.

Ao unir entretenimento e cultura, o 4º Festival de Música Indígena promete aos poucos agregar uma justa representatividade social aos povos indígenas da Amazônia.

próprio livro. O medo nasceu da frustração de ter escrito sua “obra-prima” na juventude e esta nunca ter sido aceita por editores. Quando, anos mais tarde, ele encara o desafio novamente, o judeu Köves revisita seu passado numa Budapeste em ruínas durante a Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo em que a ação mental mistura passado e presente, a “ficção” e a “realidade” do universo de Köves também se mesclam, pois trechos de seu livro vão sendo aos poucos revelados. Diferentes vozes passam a contar a história: o narrador onipresente, Köves e o narrador de seu livro, todos fluindo de um para o outro sem aviso prévio. O que inicialmente é motivo de confusão acaba sendo a grande sacada de **O Fiasco**, que alia doses de humor para dar leveza a uma obra que começa intrincada e vai revelando seu verdadeiro tema depois.

A junção desses elementos deu certo, pois rendeu à Imre Kertész o Nobel de Literatura em 2002. A edição brasileira também não faz feio, seja pela arte da capa quanto pelo excelente trabalho de tradução de Ildikó Sütő. Apesar de ser o bojo de uma trilogia sobre o holocausto (iniciada com “Sem Destino” e finalizada com “Kadish por Uma Criança Não Nascida”), **O Fiasco** é uma porta de entrada para quem tem curiosidade em conhecer a literatura húngara.

Susy Freitas é formada em Letras – Língua Inglesa, concluinte de Jornalismo e mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Ufam; é estagiária de Jornalismo da Adua.

Vale a pena ver



Dimmy Praia

Filme: O discurso do rei
Reino Unido/Austrália/
EUA. 2010.

Drama, 118 min.
Direção: Tom Hooper
Distribuição: Paris Filmes

Num primeiro olhar, **O Discurso do Rei**, dirigido por Tom Hooper e vencedor do Oscar de Melhor Filme e Melhor Ator este ano – além de ter rendido indicação merecida para Helena Bonham Carter –, parece muito familiar, um drama histórico cheio de monarcas e trajes de época, além da névoa atmosférica característica do estilo. Entretanto, é um conto moderno que se aproxima do espectador revelando a história real dos esforços de um rei para superar sua gagueira e, enfim, conseguir se expressar em público e, principalmente, aos seus súditos em público.

Ele tenta de tudo e vários ‘médicos’, mas nada parece funcionar. Em desespero, Albert (Colin Firth) e sua mulher (Helena Bonham Carter), procuram a ajuda de uma fonte improvável: o ator australiano chamado Lionel Logue (Geoffrey Rush), que está trabalhando em Londres como um terapeuta da fala. Dizer que eles não se entendem é um eufemismo. Um deles é um plebeu, o outro é um futuro monarca. A tensão é visível e bem interpretada, entretanto mais pela atuação do que pela direção de Tom Hooper.

Porém, os encontros entre o ‘rei’ e o ator se transformam em sessões de terapia. Logue acredita que a gagueira é psicológica. Não deve ser fácil aprender a gaguejar, mas o desempenho vocal de Colin Firth é totalmente crível, totalmente imerso. Ele nunca tenta amenizar o fato de ser gago e muito menos a usa como objeto de piedade. Pelo contrário, a personagem Albert está propensa a auto-piedade, explícita ao gritar em uma das cenas ‘Eu sou um oficial da marinha e não um rei’.

Tecnicamente, **O Discurso do Rei** é simples até demais. O enquadramento e a composição de Hooper deixam muitas vezes a desejar, mas uma das primeiras cenas, na qual o microfone é o centro das atenções, desempenham um papel importante na narrativa e na contemporaneidade do filme, estabelecendo uma crítica às novas tecnologias como agentes de democratização sonora. É isso que faz da cena de abertura única, mas que não sustenta a ineficiência da principal cena: quando o já rei anuncia que a nação está em guerra com a Alemanha. Um momento crucial, histórico, eximamente interpretado por Firth, mas ‘flopado’ por Hooper, ‘poluindo’ o discurso do rei com música orquestrada.

Mesmo assim, se **O Discurso do Rei** nunca atinge a profundidade que deveria ter pelas possibilidades do roteiro, é pelo menos um filme agradável de assistir e um exercício de humanização de grandes figuras, como nos filmes ‘A Rainha’ e ‘A Jovem Vitória’, nos quais a carga emocional compensa a falta de estilo.

Dimmy Praia é jornalista, produtor cultural e cinéfilo.

Vale a pena ler



Susy Freitas

Livro: O fiasco
Autor: Imre Kertész
Editora: Planeta
Nº de páginas: 368
Valor: R\$ 44,90

O Fiasco atinge tantos níveis diferentes de leitura que esta deve ser bastante cuidadosa para os que se aventuram pela obra. A metalinguagem presente no livro do húngaro Imre Kertész se une à escrita em fluxo de consciência para contar a história de um homem que vive à sombra de um fracasso.

A trama acompanha Köves, que vive num modesto apartamento com a esposa e traduz obras de outros autores, sem coragem de produzir seu

internacional

A zona de exclusão aérea na Líbia imposta pela ONU a serviço das grandes potências econômicas mundiais pode desencadear um processo de construção de um novo Iraque. O artigo de Max Altman mostra que é preciso se estar cioso do que realmente está acontecendo no país de Gaddafi, pois o processo é diferente do que ocorreu nos levantes vitoriosos da Tunísia e do Egito. Ele alerta para uma verdadeira campanha de distorções na mídia sobre o conflito, visando corroborar com o pensamento dos líderes europeus e norte-americanos.

Líbia: hipocrisia, dupla moral, dois pesos e duas medidas

Divulgação/blogs.estadao.com.br

Max Altman

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução que autoriza a imposição de uma zona de exclusão aérea em território líbio, salvo os vãos de natureza humanitária e inclui “todas as medidas que sejam necessárias” para a proteção da população civil, excluindo, porém, a ocupação militar de qualquer porção da Líbia. Além disso, endurece o embargo de armas à Líbia e reforça as sanções impostas no mês passado a Gaddafi e seu círculo mais próximo de colaboradores.

O documento recebeu a aprovação de 10 países – Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Líbano, Colômbia, Nigéria, Portugal, Bósnia e Herzegovina, África do Sul e Gabão -, nenhum voto contra e cinco abstenções – Brasil, Rússia, China, Índia e Alemanha. A Rússia exigiu a inclusão de um cessar-fogo imediato, medida atendida por Trípoli, e a China insistiu numa solução pacífica da crise, ao reiterar suas sérias reservas quanto à zona de exclusão aérea.

Diferentemente da Tunísia e do Egito, quando massas de centenas de milhares, desarmadas, saíram às ruas erguendo as bandeiras de pão, emprego, justiça social, progresso, liberdade e democracia, derrubando por força de seus protestos e pressão os ditadores apoiados pelas potências ocidentais, Ben Ali e Mubarak, na Líbia facções armadas com armamento blindado, artilharia antiaérea, armas individuais modernas e até alguma força aérea ocuparam o leste do país e algumas cidades do oeste determinadas a tomar Trípoli e acabar com o Muamar Gaddafi. Estabeleceu-se com isto uma franca guerra civil.

Quando, no curso dos combates, as tropas fiéis a Gaddafi avançaram sobre os bastiões rebeldes, o chamado Conselho Nacional Líbio de Transição passou a reclamar com insistência o apoio do Ocidente em armas e logística e a exclusão aérea. Ou bem os opositoristas contavam desde o início com o respaldo dos países hegemônicos e estes estavam roendo a corda ou calcularam mal a capacidade de resistência de Gaddafi e o apoio de grande parte da população líbia com que conta. A verdade é que a insurgência armada no leste da Líbia é apoiada diretamente por potências estrangeiras. A insurreição em Bengazi ergueu imediatamente a bandeira vermelha, negra e verde com a meia lua e a estrela, a bandeira da monarquia do rei Idris, que simbolizava o domínio dos antigos poderes coloniais.

A imensa campanha de distorções, omissões e mentiras desencadeada pelos meios maciços de comunicação abriu espaço para

uma enorme confusão no seio da opinião pública mundial. Levará tempo antes que se possa estabelecer a verdade do que ocorreu na Líbia e distinguir os fatos reais das falsidades publicadas.

Alguns fatos concretos, porém, merecem atenção. A Líbia ocupa o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da África e tem a mais alta esperança de vida do continente. A educação e a saúde recebem especial atenção do Estado. O PIB per capita é de 13,8 mil dólares, o crescimento em 2010 foi de 10,6%, a inflação de 4,5%, a pobreza de 7,4% e a colocação no IDH é 53º (Brasil é 73º) todos esses índices melhores que o do nosso país. Seus problemas são de outra natureza. De alimentos e serviços sociais básicos o país não carecia. Nação de pequena população – 6,5 milhões de habitantes – necessitava de força de trabalho estrangeira em boa proporção para levar a termo ambiciosos planos de produção e desenvolvimento social. Milhares de trabalhadores chineses, egípcios tunisianos, sudaneses e de outras nacionalidades labutam em solo líbio. Disponha de vultosos ingressos, provenientes da venda de petróleo de alta qualidade, e de grandes reservas em divisas depositadas em bancos das potências européias e Estados Unidos, e com isso podiam adquirir bens de consumo e até armamento sofisticado, fornecido exatamente pelos mesmos países que hoje planejam invadi-lo em nome dos direitos humanos.

Ao se aproximar das potências ocidentais, Gaddafi cumpriu rigorosamente suas promessas de desarmamento e ambições nucleares. Com isso, a partir de outubro de 2002, iniciou-se uma maratona de visitas a Trípoli: Berlusconi, em outubro de 2002; Aznar, em setembro de 2003; Berlusconi de novo em fevereiro, agosto e outubro de 2004; Blair, em março de 2004; Schröder, em outubro de 2004; Chirac, em novembro de 2004. Todos exultantes, garantindo o recebimento de petróleo e a exportação de bens e serviços. Gaddafi, de seu lado, percorreu triunfante a Europa. Recebido em Bruxelas em abril de 2004 por Prodi, presidente da União Europeia; em agosto de 2004 convidou Bush a visitar seu país; Exxon Mobil, Chevron Texaco e Conoco Philips realizavam os últimos acertos para exploração do óleo por meio de ‘joint ventures’. Em maio de 2006, os Estados Unidos anunciaram a retirada da Líbia dos países terroristas e o estabelecimento de relações diplomáticas.

Em 2006 e 2007, a França e os Estados Unidos subscreveram acordos de cooperação nuclear para fins pacíficos; em maio de 2007, Blair voltou a visitar Gaddafi. A British Petroleum assinou um contrato “ex-



tremamente importante” para a exploração de jazidas de gás. Em dezembro de 2007, Gaddafi empreendeu duas visitas a França e firmou contratos de equipamentos militares de 10 bilhões de euros. Contratos milionários foram assinados com importantes países membros da OTAN. Várias companhias petrolíferas estrangeiras operavam antes da insurreição na Líbia.

O que se passa para que o “cachorro louco”, que se transformara em grande amigo, volte a ser o “cachorro louco”? De um lado, a evidência de que as potências hegemônicas tudo farão para não perder o controle dessa vital fonte de energia. De outro, fatores geo-estratégicos. Diante da revolta por mudanças democráticas dos países árabes do Norte da África e do Oriente Médio, é fundamental, no caso da Líbia, ter um governo absolutamente confiável, pressionando o vizinho oriental Egito para manter o tratado com Israel e não partir para políticas que desarrumem todo o contexto regional.

Antes de vir ao Brasil, o presidente Obama declarou que o “cessar-fogo tem que ser implementado imediatamente e isto significa que todos os ataques contra civis têm que parar. (...) Esses termos não são negociáveis. (...) Se Gaddafi não cooperar haverá consequências”. Entrementes, as agências de notícias informam que no Bahrein, ocupado por tropas Arábia Saudita, com prévio conhecimento e anuência de Washington, e debaixo de lei marcial, milhares de pessoas desarmadas são reprimidas violentamente por forças militares que destruíram o monumento da praça Pérola, ponto de encontro de manifestan-

tes. Gravíssima é a situação no Iêmen, aliado incondicional da Arábia Saudita e dos Estados Unidos. Dezenas de civis, desarmados, foram assassinados nas últimas horas. Nem a França nem a Grã Bretanha, tampouco Washington ou a Liga Árabe propuseram “todas as medidas necessárias” para proteger a população civil. Obama, Sarkozy e Cameron não falaram grosso com o Bahrein e Iêmen. A ONU não autorizou uma zona de exclusão aérea contra o Iêmen e Bahrein, nem acha que os direitos humanos de bareinitas e iemenitas mereçam ser respeitados. Nesse caso, só falatório, hipocrisia e dupla moral.

Toda e qualquer intervenção na Líbia terá repercussões graves. Cabe ao povo líbio, e apenas a ele, resolver o problema líbio. A comunidade internacional deve manifestar solidariedade e agir unida para conter a guerra civil e facilitar uma via de transição pacífica para o conflito líbio. Os governos ocidentais, no afã de manter o seu domínio, usam diferentes padrões de avaliação, caso a caso, conforme o país e ao não reconhecer os levantes populares são atropelados pelo curso da História.

Uma intervenção militar aberta implica que os Estados Unidos, Inglaterra, França e demais países optaram por um dos lados da guerra civil líbia, como aumentará brutalmente os riscos sobre a população civil que, cinicamente, anunciam que pretendem proteger.

Max Altman é jornalista e advogado. Publicado originalmente no site Correio do Brasil, de 19.03.2011